



## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de kits de irrigação familiares, conforme especificações técnicas, contidas no Termo de Referência deste processo administrativo.

#### **Justificativas:**

**Da necessidade da contratação:** O apoio a atividades produtivas é uma das estratégias da Codevasf para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente, dos agricultores familiares moradores de comunidades rurais de sua área de atuação.

O apoio aos Arranjos Produtivos Locais possibilita o desenvolvimento econômico e social do país, que pode ser realizado por meio da identificação das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local, podendo ocorrer tanto no fortalecimento e estruturação das governanças locais e territoriais, bem como ocorrer na forma de: mobilizações; capacitações; fortalecimento das governanças locais; no apoio às unidades de produção, de beneficiamento e/ou de comercialização dos produtos, por meio do fornecimento de tratores, máquinas, implementos, materiais e insumos; da implantação/construção de estruturas de produção, processamento, beneficiamento comercialização e logística para o escoamento da produção; e apoio à organização dos produtores.

Considerando que a CODEVASF, ao longo de sua história, vem atuando na região do sertão baiano, marcadamente através da realização de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social das comunidades carentes deste Estado, como meio de minorar, ou mesmo, de sanar os efeitos da estiagem que atualmente domina a região sertaneja, a promoção deste pleito torna-se necessária e viável, diante do exposto.

#### **Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Essa modalidade visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

**Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):** Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes*”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf. O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

#### **Da admissão de Órgão Participante:**

**Sim** – Considerando que há tempo hábil para cumprimento dos prazos legais impostos para tal ação; e em vista do não dispêndio de recursos diversos por outros órgãos no caso de optarem por admissão neste pregão eletrônico, verifica-se como viável a abertura para esta possibilidade.

#### **Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):**

**Sim** – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos,



inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:** Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art.34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Do Modo de Disputa:** estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 % do valor dos itens. Considera-se que os intervalos nessas proporções estão razoáveis e permitem a plena competição entre os licitantes.

**Da Qualificação Técnica:** No Termo de Referência, item 9.1.3, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 20% (dez por cento) do contingente total para cada item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

**Cota de Preferência ME e EPP:** Sobre a razão pela qual a 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Além de que, verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram bem maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.

**Exclusividade para ME e EPP:** Como disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. No entanto, não há no presente processo administrativo, nenhum item que se enquadre nesse dispositivo.

**Condições de participação de empresa estrangeira:** Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

**Garantia de Execução:** não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

**Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas:** Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de materiais para formação de kits de irrigação, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

**Da validade da Ata de Registro de Preços:** O artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 estipulou que a ata de registro de preços não poderá ter duração superior a doze meses, computadas as possíveis prorrogações, conforme estabelece a própria Lei nº 8.666/1993. No entanto, o prazo de validade para Ata de Registro de Preços estabelecido no Termo de Referência para aquisição de kits de irrigação através deste processo administrativo é de 6 (seis) meses. Esse fato se dá em razão de dois fatores. O primeiro é que o fim da vigência das atas ocorrerá no início do ano de 2023, época em que praticamente não há disponibilidade de recursos orçamentários para aquisição de máquinas e implementos; o segundo é que a inflação no momento atual é considerada alta, o que promove o aumento constante dos preços licitados e inviabiliza a entrega de materiais em longos períodos.

**Critério de Julgamento:** Menor preço, de acordo com o Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.

**Garantia do Objeto:** A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data da entrega técnica dos equipamentos.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional

---

**Responsável pelas informações:**

Júlio César da Silva Santos e Carlos Alberto Moreira Cavalcanti  
Analistas em Desenvolvimento Regional  
6ª/GRR/UDT e 6ª/GRI/UAP  
Conforme Determinação nº 154 - 6ª/SR de 01 de abril de 2022

**De Acordo:**

Luiz Manoel de Santanta  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Gerente da 6ª/GRI